

Religião e controle social: a dimensão da submissão e Da alienação religiosa como projeto político-ideológico da classe dominante

Religion and social control: the dimension of submission and religious alienation as a political-ideological project of the ruling class

Paulo Cesar Dresch¹

Resumo: Pretende-se, neste artigo, discorrer sobre a dimensão da submissão e da alienação, notadamente sob a perspectiva em crenças metafísicas que a religião exerce no imaginário coletivo, desde uma abstração equivocada e por vezes destituída da realidade objetiva, consoante a reivindicação de pautas elitistas e exclusivistas, mormente as relacionadas aos costumes, em detrimento da legítima consciência dos reais problemas socioeconômicos que pululam numa sociedade em acentuada desigualdade social. Postula-se, não obstante, compreender que essa alienação e submissão auxiliam na efetivação de um projeto de poder que ambiciona a manutenção de um controle social, visceralmente aquiescido pela classe dominante, como forma de perpetuar seus interesses políticos e, sobretudo

Artigo recebido em: 04 de mai. de 2022
Aprovado em: 20 de fev. 2023

¹Pós-Graduado Lato Sensu em Ciências da Religião pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Pós-Graduado Lato Sensu em História Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Licenciado em História pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Graduado em Música pela Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES). Graduando em Filosofia (UFES). Atuou como professor na rede estadual e municipal da região metropolitana de Vitória/ES. Email: paulocesardresch@gmail.com.

econômicos. Para tal, busca-se ampliar esse entendimento dialogando com teóricos e pensadores dos mais diversos campos do conhecimento, especialmente da filosofia, da psicologia da religião, das religiões comparadas, da ciência e teoria políticas, da sociologia, tanto liberais como conservadores, no intuito de discutir e traçar um paralelo com o atual momento político-ideológico que acirra na sociedade uma polarização irracional.

Palavras-chave: Religião; Controle social; Alienação; Submissão; Dominação.

Abstract: It is intended, in this article, to discuss the dimension of submission and alienation, notably from the perspective of metaphysical beliefs that religion exerts in the collective imagination, from a mistaken abstraction and sometimes devoid of objective reality, according to the claim of elitist guidelines. and exclusivists, especially those related to customs, to the detriment of the legitimate awareness of the real socioeconomic problems that abound in a society with marked social inequality. It is postulated, however, to understand that this alienation and submission help in the realization of a power project that aspires to maintain a social control, viscerally acquiesced by the ruling class, as a way of perpetuating its political and, above all, economic interests. To this end, we seek to expand this understanding by dialoguing with theorists and thinkers from the most diverse fields of knowledge, especially philosophy, psychology of religion, comparative religions, political science and theory, sociology, both liberal and conservative, in order to to discuss and draw a parallel with the current political-ideological moment that intensifies an irrational polarization in society.

Keywords: Religion; Social control; Alienation; Submission; Domination.

Introdução

A religião é um fenômeno característico da cultura revelada desde a evolução dos seres humanos modernos. Nos primeiros grupos humanos de caçadores-coletores, a religião se condensava principalmente na crença e adoração em deuses/seres personificados nos objetos e fenômenos da natureza, cujo aparecimento e manifestação, acreditavam, seriam os responsáveis pelo provimento da alimentação, das colheitas, dos desastres naturais, entre outros. Todavia, com o avanço intelectual da civilização a religião foi remodelando e ressignificando sua forma de exteriorizar suas crenças, adaptando-as às descobertas científicas, as quais desmistificaram o

que outrora acreditavam tratar-se de uma verdade absoluta e universal.

Nesse enquadramento, a religião (aqui obviamente a concepção ocidental moderna de religião) como parte da cultura, pretende incorporar um conjunto de ideias (mitos, ritos) no sentido de uma cosmovisão e/ou representação do universo em sua totalidade. Nesse aspecto, exerce uma forte influência na vida das pessoas, singularmente sedentas por uma vida melhor que, iludidas com a promessa de uma recompensa, serão contempladas com a “vida eterna” em um “paraíso”. Contudo, essa ideia metafísica de uma eternidade sublime está reservada àqueles que mantiverem uma conduta “regrada” e sob absoluta submissão à vontade de um ser transcendental, não nesse mundo visível e palpável, mas num mundo espiritual e apenas após a morte. Do contrário, os que não se subjugarem a esse ser sobrenatural serão condenados a uma vida de “tormento, agonia, suplício, tortura e sofrimento eternos”. Essa “visão”, sem embargo, talvez esclareça a linha tênue que mergulha o crente numa alienação e submissão, posto que ao acreditar que esse mundo físico se constitui como uma peregrinação para um mundo, onde dor, tristeza, pobreza, sofrimento, não mais existirão, durante o percurso desta exposição, sob a ótica de distintas perspectivas metódico-epistemológicas, tentaremos estabelecer que essa crença estimula uma ideia perigosa e alienada de “conforto”, conformismo e indiferença ante a realidade objetiva. Consequentemente, impede o pensamento autônomo e, de certa forma, contribui para a perpetuação das condições histórico-sociais de subjugação político-econômica de uma minoria em detrimento da maioria.

Igualmente, tentaremos articular nosso pensamento apontando que a religião foi e ainda é de fundamental importância para a manutenção de uma subserviência concomitante com os interesses de uma classe moldada, substancialmente, sob a perspectiva ideológica liberal-burguês-iluminista que domina o cenário, política e economicamente, tendo em vista que recupera nos devotos, ambiente para concretizar um discurso/narrativa que apela para “valores morais”, apropriando-se de um grandioso simbolismo², tal como “Deus, pátria, família tradicional”, símbolos e valores estes, pensam constituir parte de um plano sobrenatural.

Destacar-se-á ainda o papel que a desinformação e/ou engodo, que mesmo ante a comprovação dos fatos irrefutáveis através de evidências concretas, não muda em quase nada a percepção da

² ELIADE, Mircea. *Tratado de História das Religiões*. Tradução Fernando Tomaz Natália Nunes. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 302-304.

“realidade” que o crente formula em sua mente, seja por razões político-religiosas ou político-ideológicas, ou ainda porque, em tese, a concepção religiosa aliada ao limitado conhecimento, ao menos na maioria deles, dificulta o processo de assimilação e compreensão dos fatos.

1. Símbolos, imagens, arquétipos e os fenômenos psicológicos que transmudam a realidade objetiva

Desde tempos remotos a religião tem sido objeto de reflexões e questionamentos sobre sua posição e função na cultura e na sociedade, em especial sua transformação que a enviou do campo espiritual para o secular. E o século XIX foi o limiar dessas reflexões e questionamentos sobre religião e fenômeno religioso, tendo em vista o aprimoramento da pesquisa e metodologia científicas, a utilização das ferramentas arqueológicas, histórico-sociais, antropológicas, etnológicas, psicológicas, fenomenológicas, entre outras.

No campo histórico-social, a religião não se furta às multifacetadas ocorrências processadas ao longo da história das civilizações (guerras, revoluções, influências externas, escravidão, miscigenação de culturas), assim como sua interação social no ambiente circunscrito. Sob o aspecto antropológico, busca-se entender o homem como sendo o centro do pensamento e abstração do fenômeno religioso, uma vez que ele deposita todas as suas deficiências, suas imperfeições, seus temores, sua dependência e finitude, personificando-as na imagem de um ser transcendente, sobrenatural, imaterial, ainda que inconscientemente, a partir da sua própria essência.³

Compreende-se, por isso, uma transformação da consciência, tanto individual quanto coletiva, a partir do entendimento sobre as coisas e como elas realmente são particularmente as que dizem respeito à dominação fixada nas estruturas socioinstitucionais, assim como pela sua formatação doutrinária por meio de manipulações religiosas. Nota-se, também, que as formas “estruturantes” prefiguradas pela classe que domina o cenário político-econômico, transforma a realidade objetiva numa “realidade” mítica que modifica a percepção do homem religioso, permitindo uma realidade diversa

³ FEUERBACH, Ludwig. *Preleções sobre a essência da religião*. Tradução de José da Silva Brandão. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2009. p. 29-47.

da objetiva. Essa transformação é determinada porque se mantém e se organiza de forma “estruturada”, na medida em que estabelece uma comunicação e um conhecimento, conseqüentemente, para formatar um consenso essencialmente homogêneo sobre uma realidade ideologicamente (fabricada) pelos que detêm o poder político e econômico, de modo a tornar comuns os interesses, ainda que substancialmente discordantes entre si.⁴ Desse modo, a classe dominante se apropria do discurso religioso com vista à manutenção de um controle social, cerceando a perspectiva crítica e autônoma do crente, logo, possibilitando que este não consiga compreender seu lugar como indivíduo político atuante na mudança do *status quo*.

Nesse “estado das coisas”, a ideologia dominante estabelece-se por meio de mecanismos simbólicos arbitrários que funcionam como construtos de uma realidade sustentada para legitimar seu domínio. Esses mecanismos são utilizados para o dismantelamento da razão, cujo propósito se assinala ao não possibilitar que se enxerguem os interesses por trás de um discurso/narrativa consubstanciado em retóricas religiosas erigidas sob a ótica político-capitalista.

De outro modo, o fenômeno religioso moderno se identifica essencialmente com os interesses da classe dominante, sobretudo porque pavimenta sua dominação a partir de princípios e valores burgueses propagandeados pela crença nas conquistas individuais, simbólica e ideologicamente difundidas como práticas econômicas éticas e morais, designadamente amplificadas sob a visão ascética agostiniana-calvinista.⁵

Como fenômeno cultural, portanto, a religião abstrai da natureza sua representação na forma de imagens, ritos, os quais são construídos e solidificados pela capacidade criativa inerente à natureza humana, sempre partindo de nossas reais sensações que a natureza, inadvertidamente, gera.⁶ Sendo assim, a religião tergiversa sobre a realidade, na medida em que constrói narrativas para ocultá-la, permeando o imaginário, tanto individual quanto coletivo, desse modo, subtraindo a capacidade de raciocínio autônomo-crítico.

⁴ BOUDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989. p. 7-15.

⁵ WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

⁶ DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 72.

O pensamento religioso só entra em contato com a realidade para cobri-la em seguida com um véu espesso, que dissimula suas formas verdadeiras; esse véu é o tecido de crenças fabulosas que a mitologia produz. Portanto, o crente vive, como delirante, num meio povoado de seres e coisas que têm apenas uma existência verbal.⁷

Freud, pesquisando a psique humana, identificou que o insuficiente conhecimento que falta à maioria das pessoas, contribui para escurecer sua visão, de modo a não contemplarem a realidade objetiva, e ainda porque a subjetividade de cada um fundamentada por processos históricos, onde o papel da família, da escola, da cultura, nossas experiências sociocognitivas, torna a tarefa ainda mais difícil. Ainda, segundo Freud, esses sentimentos diversos de identificação experimentados pelo homem, e que ele chama de “criações”, a concepção religiosa é a mais significativa delas.

[...]: as ideias religiosas são proposições, são enunciados acerca de fatos e circunstâncias da realidade externa (ou interna) que comunicam algo que o indivíduo **não encontrou por conta própria, e que reivindicam que se creia nelas** (grifo nosso). Visto que informam sobre aquilo que mais nos importa e mais nos interessa na vida, [...].⁸

Igualmente, Jung (1978), compreende o fenômeno religioso como provocador de uma mudança na consciência do ser humano, uma vez que modifica seu comportamento e o faz crer em coisas intangíveis, sobrenaturais. Essa mudança de consciência é o que Rudolf Otto chamará de *numinoso* (a comunicação com o sagrado), mas que também provoca um estado irracional da psique humana onde os processos psíquicos são direcionados para convencer o crente que seus sentimentos são oriundos de uma fonte divina. Nesse sentido que se configura o inconsciente para interpretar os símbolos e arquétipos como prefigurados em uma representação ilusória de um

⁷ Ibidem, p. 72-73.

⁸ FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. Tradução Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2011. p. 45.

ser incorpóreo através de uma realidade abstrata.⁹ Também Mircea Eliade, diferente da concepção freudiana, mas com certa convergência em sentido último, entende as concepções religiosas como arquétipos que pavimentam, por meio de imagens e símbolos, a expressão da vida humana fundamentada sob o aspecto de uma vida de “ilusões”.

Uma análise rápida revelaria nesta «nobre» e «alta» esfera da consciência algumas reminiscências livrescas, muitos preconceitos de ordem vária [*sic*] (religiosa, moral, social, estética, etc.), um punhado de ideias feitas acerca do «sentido da vida», a «realidade última», etc.¹⁰

Em Durkheim (1996), o qual julgou achar no totemismo as bases primitivas da religião naquele sistema ritualístico, hipótese que mais tarde verificou-se equivocada¹¹, considerou a religião como fato social, entendendo que ela é inerente aos seres humanos e estudá-las seria fundamental para compreender o universo religioso do homem contemporâneo. Segundo ele, a religião seria uma espécie de “delírio” da mente humana. Muito embora as suas distintas doutrinas e formas de representações, notadamente em relação à vertente protestante, todas as religiões são verdadeiras na medida em que se referem à existência e condição natural da atuação humana, senão vejamos:

Para aquele que vê na religião uma manifestação natural da atividade humana, todas as religiões são instrutivas, sem exceção, pois todas exprimem o homem à sua maneira e podem assim ajudar a compreender melhor esse aspecto de nossa natureza.¹²

⁹ JUNG, Carl Gustav. *Psicologia e religião*. Tradução do Pe. Dom Mateus Ramalho Rocha; revisão técnica de Dora Ferreira da Silva. — Petrópolis: Vozes, 1978. p. 101-103.

¹⁰ ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*. Lisboa: Editora Arcádia, 1979. p. 18-19.

¹¹ Estudos antropológicos, etnológicos e histórico-religiosos, não encontraram correspondência deste sistema religioso em outras sociedades arcaicas ao redor do planeta. De qualquer sorte, não é o propósito deste trabalho aprofundar neste assunto. Cf. ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*. p. 23-24.

¹² DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 4.

Destaca-se essa “verdade” como sendo a verdade de uma realidade individual que cada religioso concebe como sentido último de sua existência, comandada pelo desígnio arbitrário de um ser transcendental. O aspecto sociológico e antropológico da mística religiosa se estabelece a partir de premissas onde as experiências e conquistas individuais, alicerçadas sob a perspectiva capitalista, constrói no imaginário um cenário de uma luta entre bem e mal. Essa visão de mundo maniqueísta é reforçada pelo discurso religioso, criando sentimentos que transcendem os limites da racionalidade e dão suporte para uma eterna disputa. e onde a classe dominante se apropria para fins de controle e dominação.

2. Pós-verdade na religião: aspectos político-ideológicos

Seis coisas aborrecem Deus, e a sétima a sua alma abomina: olhos altivos, **língua mentirosa**, mãos que derramam sangue inocente, coração que trama projetos iníquos, pés que se apressam a correr para o mal, **testemunha falsa que profere mentiras** (grifos nossos) e o que semeia contendas entre irmãos (Provérbios 6. 16-19).

Atualmente, pós-verdade e “verdade” fazem parte de uma mesma amálgama obscura que transita na cultura moderna atingindo todos os níveis das relações humanas. Movem-se numa linha tênue entre fato e fábula, entre história e estória, entre real e irreal, entre *doxa* e *episteme*, dois universos diametralmente opostos, porém com desdobramentos e prejuízos irreparáveis à vida e às relações humanas. A pós-verdade constrói uma “realidade” que descaracteriza ou ignora o sentido real e objetivo dos fatos, apelando para as crenças e os sentimentos pessoais. Não surpreende sua inserção no campo religioso, até porque a própria ideia de religião em si mesma, com toda sua mística, seus ritos, seus dogmas, suas mitologias, se configuram como pós-verdade. A religião está intimamente conectada nas entranhas da subjetividade. Mas uma subjetividade singular, uma vez que absorve as distintas percepções e individualidades de cada um dos atores do fenômeno religioso, sob uma única perspectiva. Por meio dos rituais ela orienta a conduta de seus membros de modo a

tornarem-se elementos de um único Sujeito¹³, sob a supervisão e subordinação do sacerdócio, numa ação que possibilita a penetração de “realidades” desconexas com o mundo real.

Como objeto intrínseco à religião, a crença que seria exclusividade da esfera privada adentra a esfera pública, inflando o espaço social com suas intersubjetividades metafísicas, mas também com seus costumes e tradições. Essas crenças são reificadas em processos dinâmicos que envolvem diversos atores e instituições público-privadas, desde organizações da sociedade civil, agências de publicidade, jornalistas, profissionais liberais, instituições religiosas, mas principalmente no campo político os quais, por meio de uma estrutura organizada e até mesmo com a utilização de recursos públicos, fomentam a desinformação e a difusão de boatos. A principal intenção, decerto, é manter as pessoas alienadas para que não percebam os reais motivos por trás dos inúmeros problemas socioeconômicos, grande parte deles provocados por políticas elitistas, do mesmo jeito que submissas e cegas ante as mazelas, mesmo a elas submetidas.

Sem embargo, a relativização da verdade se insere no cenário religioso sem muita dificuldade, na medida em que se apropria de um discurso/narrativa que se identifica com o que as pessoas já acreditam, uma vez que as crenças são frutos de processos enraizados culturalmente. Nesse processo, as crenças são edificadas levando em conta a subjetividade de cada indivíduo, onde a família, a sociedade e a cultura, ajudam a solidificá-las, e uma vez inseridas em nossa mente procuraremos argumentos e padrões para justificar o que nós já decidimos acreditar, ainda que evidências científicas mostrem o contrário.¹⁴

No campo político-ideológico, com efeito, as mesmas ideias do espectro alinhado à direita vinculam-se, em grande medida, aos interesses da classe burguesa, que apoia e financia veículos de desinformação, movimentos e manifestações contra políticas públicas direcionadas à população carente, os quais julgam que políticas voltadas para a diminuição das desigualdades são prejudiciais para os negócios. Dessa forma, governos que tutelem medidas econômicas que priorizem isenções fiscais a grandes empresas, principalmente as que reduzem salários e direitos trabalhistas, sempre terão a simpatia

¹³ ALTHUSSER, Louis. *Ideologias e aparelhos ideológicos do Estado*. Tradução Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1970. p. 105-114.

¹⁴ SHERMER, Michael. *Cérebro e crença*. Editora JSN, 1ª edição, 2012. p. 10-13.

e o apoio da elite econômica que se utiliza da desinformação e de boatos como armas ideológicas para impor sua supremacia.

O cerne da questão é a manutenção dos privilégios da classe dominante em detrimento de uma grande massa de desvalidos economicamente, na medida em que não percebem que são explorados, alienando-os, inclusive, na defesa de políticas que perpetuem os privilégios da minoria abastada. Para isso, a ideologia economicamente dominante composta pela classe burguesa, grande parcela de serviçais da classe média que saem às ruas alienadamente para defender os interesses dessa elite, e mais significativamente políticos que são cooptados para o serviço sujo, utiliza-se de meios inescrupulosos com objetivo de desviar a atenção. Os métodos, entre outros, vão desde a manipulação da informação sobre dados científicos, a invalidação de pesquisas e orientações de agências de saúde, notadamente sobre a eficácia de medidas sanitárias, a adulteração sobre dados que atestam os efeitos nocivos que o desmatamento irregular e sem controle causam para o meio ambiente. Também promovem a falsificação ou a adulteração dos fatos históricos, assim como das notícias jornalísticas, fazendo o crente, incoerentemente, apoiar atos contra instituições democráticas, regimes ditatoriais, perseguição contra minorias, bem como a não aceitação de pensamentos contrários às convicções religiosas que julga representar a vontade de um ser imaterial.

Não menos importante é a função que os mecanismos de propaganda (jornalismo tradicional, mídia, redes sociais) exercem como influenciadores de comportamentos e tendências na sociedade, quais sejam, a uniformização de um pensamento hegemônico de uma classe sobre outra, assim como para arquitetar um “consenso” de que apenas uma economia liberal pode ser a chave para o sucesso pessoal. Disso resulta que a imensa maioria existe apenas como espectadora de uma realidade que acredita ser a única possível, na medida em que não consegue enxergar os interesses comuns e exclusivistas da classe dominante que as mantém “orientadas” ideologicamente.

A maioria das pessoas é guiada apenas pela emoção e pelo impulso. Aqueles entre nós que dispõem da razão precisam criar “ilusões necessárias” e “simplificações radicais” emocionalmente poderosas para manter os simplórios ingênuos mais

ou menos nos trilhos. Isto se tornou uma parte essencial da ciência política contemporânea.¹⁵

Para o *homo religiosus*, efetivamente, a percepção da realidade é atenuada porquanto sua mente está impulsionada para o transcendente, para o sobrenatural, para o imutável, posto que o arrebatada de um estado físico/material para um estado psicoemocional. Nesse momento, onde as emoções e os sentimentos cobrem o sentido do homem religioso, subleva-se a racionalidade e subtrai-lhe a cognição, de modo que não compreenda as especificidades e realidades sociais, políticas e econômicas, intrinsecamente contidas nas relações humanas. Com efeito, o crente é constantemente usado como massa de manobra pela classe dominante, que mesmo com discurso/narrativa claramente incoerente com os preceitos ético-morais que a religião diz ser baluarte, apoia atitudes intolerantes, fascistas, xenófobas, racistas, homofóbicas e reacionárias. Numa visão ainda mais fundamentalista, alguns até idealizam um Estado teocrático de ideologia cristã, numa clara demonstração de intolerância às distintas religiosidades, ou mesmo a ausência delas, que devem/deveriam fazer parte de uma sociedade plural.

Do pondo de vista do liberalismo clássico, mesmo com todos seus antagonismos em relação à defesa de um sistema político-econômico que não contribui para a extinção da pobreza no mundo, nem por isso endossa a intolerância religiosa. Do contrário, defende a pluralidade de convicções religioso-filosóficas, assim como a convivência pacífica entre a humanidade como objetivo da evolução social. O liberalismo clássico concentra suas preocupações exclusivamente às questões materiais.¹⁶

O liberalismo proclama a tolerância de toda e qualquer fé religiosa e de toda crença metafísica, não por indiferença a essas “elevadas” coisas, mas pela convicção de que a garantia da paz dentro da sociedade deva ter precedência sobre tudo e todos.¹⁷

¹⁵ CHOMSKY, Noam. *MÍDIA: propaganda política e manipulação*. Tradução: Fernando Santos. Martins Fontes. São Paulo, 2014. p. 10.

¹⁶ MISES, Ludwig von. *Liberalismo segundo a tradição clássica*. Traduzido por Haydn Coutinho Pimenta. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. p. 80-81.

¹⁷ *Ibidem*, p. 80.

À vista disso, as teorias liberais clássicas sempre enfatizaram a importância da religião na cultura humana como fundamentos da liberdade de opiniões e credos, desde uma perspectiva mais conservadora assim como utilitarista, mas sempre defendendo a ideia da total separação entre autoridade secular e espiritual. Sendo assim, há uma clara inversão dos valores ostentados pela ideologia liberal em oposição àqueles sustentadas pela religião, notadamente em relação ao exclusivismo e ao monopólio da verdade com intersubjetividades que transitam da esfera privada para a pública.

3. O discurso religioso como arma ideológica da classe dominante

Segundo o último censo demográfico realizado pelo IBGE, 86,8% (aproximadamente 166 milhões) da população é composta de cristãos¹⁸. Dentre estes, 22,2% (cerca de 42 milhões) são de seguimentos protestantes (evangélicos tradicionais, mas significativamente de vertentes pentecostais e neopentecostais). Obviamente que estes números estão subestimados, pois os dados são constantes do censo realizado no ano de 2010.¹⁹ Atualmente, o número de evangélicos gira em torno de 66 milhões, sendo parte desse aumento ocasionado pela transição do seguimento católico para o protestante. Como fenômeno dessa transição, podemos destacar que a hegemonia católica, resultante da herança cultural portuguesa, e que até o final do século XIX (quase 400 anos desde a posse do território) era a religião oficial do Estado, a partir da República o cenário começa a mudar. A separação entre Estado e Igreja providenciou uma maior liberdade religiosa, da mesma forma que imprimiu outras possibilidades de expressão da religiosidade na sociedade e na cultura, alargadas, sobretudo no início do século XX pelo processo imigratório.

Esses números são importantes porque o seguimento religioso protestante, historicamente, forma uma base de considerável relevância em apoio aos políticos alinhados com o espectro centro-direita e direita. Basta constataremos as eleições de 2018, em que o

¹⁸ IBGE, censo 2010.

¹⁹ Dados coletados pelo Instituto de Pesquisa Datafolha e publicados no Jornal Folha de São Paulo em 13 de janeiro de 2020 apontou que o número de cristãos evangélicos subiu para 31%.

apoio do seguimento evangélico foi fundamental para a vitória do atual presidente da república.

Não obstante a influência que a religião exerce no âmbito das relações humanas, uma vez que se diz representante e herdeira da vontade divina, incoerentemente se circunscreve com as características da moderna economia capitalista. Neste mesmo entendimento, a visão liberal-burguês-iluminista, consentaneamente em confluência com os donos dos meios de produção, capitaneou a narrativa de ser a fiadora dos ideais de felicidade e prosperidade humanas, anunciados pela narrativa religiosa. Fazendo uso do discurso religioso como argumento de autoridade (Deus), difunde a ideia de que apenas a economia liberal favorece o crescimento econômico de toda humanidade porque é constituída de princípios éticos e democráticos. Na realidade, por seu turno, conseguem camuflar a verdadeira essência predatória de um sistema que claramente privilegia uma minoria à custa da exploração e dominação, utilizando como instrumento a “violência simbólica” (BOURDIEU), mas também produzindo mecanismos ideológicos e “legais” que ajudam a imortalizar sua hegemonia político-econômica.²⁰

De um lado, os valores do humanismo renascentista que deram crédito à razão e à ciência em oposição à superstição e ao obscurantismo religioso, de certo modo ajudou a amplificar e promover a modernização do sistema capitalista. Contudo, foi o movimento reformista religioso do século XVI que inseriu em seu corpo dogmático a ideia de “vocação”, que consubstanciava um conjunto de ações e procedimentos éticos que, na perspectiva dos reformadores, se constituiriam no cumprimento das obrigações seculares, testemunhando o lugar do crente perante o mundo, concepções estas subsumidas por Deus.²¹ De fato, o conceito de prosperidade material em consonância com uma vocação divina impulsionou a mudança de uma economia estagnada para outra mais dinâmica, ao passo que transmudou o sentido do ascetismo monástico, mas especificamente religioso para a esfera do ascetismo secularizado com reverberações econômicas.²² O lucro que outrora

²⁰ ENGELS F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução Leandro Konder. Rio de Janeiro: 9ª edição. Ed. Civilização brasileira S.A, 1984.

²¹ WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003. p. 67-75.

²² *Ibidem*, p. 117-136.

era visto como desfavorável à vontade divina torna-se lugar-comum para representar ideais de felicidade e prosperidade humanas.

De outro modo, a religião culturalmente estabelecida na sociedade contemporânea, sobretudo a reformada, mas significativamente suas subdivisões fundamentalistas, sustentam-se a partir das inúmeras dificuldades e antagonismos econômicos que abundam na substância do sistema capitalista. Numa sociedade com acentuada desigualdade social, com deficiências históricas na democratização do conhecimento e carente de justiça social, ela consegue arregimentar grande parcela da população. A religião, destarte, funciona como um mecanismo de controle que vende “ilusões” para um público enfeitado, privado de recursos mínimos de sobrevivência, e em profunda insegurança social.

Nesse sentido, a igreja, assim como a família, a escola, o sindicato, os partidos políticos, a mídia, faz parte das estruturas que contempla o que na concepção althusseriana se conhece como aparelho ideológico do Estado. Estas estruturas chancelam a atividade do poder do Estado que impõe, por meios ideológicos, a manutenção das relações de produção burguesas²³, com todos seus antagonismos, suas incongruências, materializando-as em mecanismos de dominação e exploração. Adjetivando a religião como “ópio do povo”, Marx discorreu que o conceito de religião como ideologia perfaz uma consciência vazia, especulativa, a idealização de um fantástico ser supremo que desvia a atenção para o que é tangível. Segundo ele, o Estado e a sociedade produzem a religião para camuflar o sentido real do mundo, sistematizando um mundo imaginário e incorpóreo com o propósito de acobertar as desigualdades econômicas produzidas por um sistema que oprime e explora.²⁴ A crítica à religião, então, não é a crítica contra a expressão religiosa na dimensão privada exercida *de per si*. Mas é a crítica dela aplicada no âmbito público em toda sua dimensão política e social enquanto alienação e submissão do homem da realidade concreta para uma abstrata.

Na visão histórico-materialista, as relações de produção e consumo empreendidas entre os seres humanos, são as responsáveis pelo desenvolvimento da sociedade, sua organização social, política e econômica. Diante disso, a diversificação dos fatores sociais e suas

²³ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

²⁴ MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2ª edição revista. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 145-146.

correlações abarcam, além de outros estratos, o sistema religioso como parte das estruturas que reunificam as relações históricas entre dominados e dominantes. Toda a organização da sociedade capitalista estrutura-se com mecanismos ideológicos de controle, tendo na religião uma expressiva e poderosa arma que auxilia na perpetuação dos privilégios dos donos dos meios de produção.

Nessa perspectiva, Habermas, compreendeu que as forças envolvidas (secular/religiosa) no processo de domínio/exploração, assim como na disputa pela racionalidade e pelo consenso, segundo ele historicamente irreconciliáveis, só serão pacificadas com o exercício de um poder secular organizado e estruturado de maneira isenta, imparcial e apartidária. Logo, apenas uma democracia plena está preparada para dirimir conflitos e certificar a coexistência entre as diversas comunidades de doutrinas e credos.²⁵ No entanto, cada vez mais nos deparamos com a ampliação de visões de mundo religiosas nas esferas de poder, oportunamente subsumidas como projeto político com vistas a estabelecer um controle e uma hegemonia unilateral de pensamento, numa clara investida contra a laicidade constitucional do Estado.

A religião, portanto, sob o entendimento de ser um instrumento de controle social ideologicamente utilizada para manter o crente numa realidade metafísica e em total ignorância que o impulsiona a acreditar em mentiras, algumas delas conscientemente construídas para fins de interesses privados, é, com frequência, uma arma da política liberal, especialmente e com mais ênfase no discurso da extrema-direita. E esta nem mesmo precisa utilizar-se de uma retórica minimamente “fundamentada” para penetrar na mente do religioso, uma vez que seu inconsciente já está pavimentado pelo aparelho institucional da religião.

Considerações finais

A religião concentra no imaginário, tanto na esfera individual quanto coletiva, percepções acerca de uma realidade abstrata, substancialmente proporcionada por meio de símbolos, imagens e arquétipos, e que se propõe explicar o mundo a partir de mitologias que penetram o inconsciente e abrem caminho que dificultam ou até mesmo impedem uma melhor cognição das coisas concretas. Mesmo

²⁵ HABERMAS, Jurgen. *Entre Naturalismo e religião: estudos filosóficos*. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007. p. 8-15.

havendo distintas posições sob o ponto de vista do espectro político-ideológico dentre os membros das inúmeras instituições/denominações religiosas que existem atualmente, desde fundamentalistas, liberais, conservadores e progressistas, o pensamento hegemônico que preenche o imaginário dos fiéis se consubstancia nas doutrinas emanadas de um livro, a maioria delas escritas e compiladas por volta do século VI-V AEC, num arranjo político orquestrado, principalmente, por uma elite político-sacerdotal que propunha estabelecer um domínio político-econômico-ideológico²⁶.

Desse modo, analisamos questões importantes sobre o papel que a religião desempenha na sociedade moderna, especialmente em relação à alienação e submissão por parte de uma expressiva parcela de fiéis, que impede sua autonomia cognitiva. Alienação e submissão que contribuem para a exacerbação de um fundamentalismo político-religioso e político-ideológico, alimentados por um discurso de ódio que polariza a sociedade por meio da proliferação da desinformação e da mentira, bem como de atitudes extremo-fascistas, inclusive com o enaltecimento e a defesa da tortura contra posições políticas divergentes, pressupostos estes antagônicos sobre a precípua finalidade que a religião se propõe ensinar (amor, benevolência, caridade, etc.) e o que na prática se vislumbra no meio religioso.

Neste sentido, portanto, investigamos que entre crença religiosa e irracionalidade há uma linha tênue, ao menos em grande parte de seus membros, posto que reivindicam para si uma “verdade”, assim como “valores ético-morais”, apropriando-se de doutrinas e costumes os quais julgam universais sob a perspectiva de uma entidade metafísica. Finalmente, torna-se inequívoco entender o papel que ela desempenha na consciência coletiva no que se refere à alienação e submissão. Imediatamente, os fiéis são facilmente cooptados a acreditarem em notícias sabidamente falsas, personificando-as em verdades absolutas, justamente porque sua gênese psíquica fora esculpida pelo aparelho institucional religioso, e que mesmo no atual estágio do avanço científico-tecnológico ainda é uma fonte importante de controle social, ideologicamente utilizada como projeto de poder que intenta a satisfação de interesses político-econômicos.

²⁶ RIBEIRO, Osvaldo Luiz. *Homo Faber: o contexto da criação em Gênesis 1,1-3*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologias e aparelhos ideológicos do Estado*. Tradução Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1970.
- BOUDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.
- CHOMSKY, Noam. *MÍDIA: propaganda política e manipulação*. Tradução: Fernando Santos. Martins Fontes. São Paulo, 2014.
- DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*. Lisboa: Editora Arcádia, 1979.
- ELIADE, Mircea. *Tratado de História das Religiões*. Tradução Fernando Tomaz Natália Nunes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ENGELS F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução Leandro Konder. Rio de Janeiro: 9ª edição. Ed. Civilização brasileira S.A, 1984.
- FEUERBACH, Ludwig. *Preleções sobre a essência da religião*. Tradução de José da Silva Brandão. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2009.
- FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. Tradução Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- HABERMAS, Jurgen. *Entre Naturalismo e religião: estudos filosóficos*. Trad. Flávio Beno Siebeneicheler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.
- JUNG, Carl Gustav. *Psicologia e religião*. Tradução do Pe. Dom Mateus Ramalho Rocha; revisão técnica de Dora Ferreira da Silva. — Petrópolis: Vozes, 1978.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Tradução Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2ª edição revista. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MISES, Ludwig von. *Liberalismo segundo a tradição clássica*. Traduzido por Haydn Coutinho Pimenta. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- OTTO, Rudolf. *O sagrado*. Tradução de Walter O. Schlupp. Petrópolis: Vozes, 2007.
- SHERMER, Michael. *Cérebro e crença*. Editora JSN, 1ª edição, 2012.

RIBEIRO, Osvaldo Luiz. *Homo Faber: o contexto da criação em Gênesis 1,1-3*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003.